

Próxima ata de posse dos vereadores do município de Parauapebas da Terra.

No dia primeiro do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove (1989), em Parauapebas da Terra, sob a presidência do Exmo Sr. Dr. Dumont Santos Reis, juiz eleitoral da comarca de Afonso Cláudio, foi declarada aberta a sessão pública de posse dos vereadores do município de Parauapebas da Terra, criado pela lei nº 4.068 de 06 (seis) de maio de 1988 (Quinze mil novecentos e oitenta e oito), publicado no Diário Oficial de 10/mai/88 (dez de maio de mil novecentos e oitenta e oito). A seguir o Exmo Sr. juiz de Direito Sr. Dumont Santos Reis, convidado para compor a mesa o Exmo prefeito de Afonso Cláudio Sibei, tio Safá e esposa; Deputado Waldemiro Saibel e esposa, os representantes das Igrejas da localidade, representante da Polícia Militar, o prefeito eleito Dorico Kieffler e esposa, o vice-prefeito Segefri Sibei e esposa e a Exma. Sr. esposa do MM. juiz de Direito Dr. Dumont dos Santos Reis. Dando continuidade a sessão foi nomeada a vereadora Neuzinha Kuster Scardua para secretariar os trabalhos. Após a composição da mesa, o presidente da mesa, juiz Eleitoral da Comarca de Afonso Cláudio, concedeu os vereadores a entregarem suas declarações de bens e, o que foi feito nominalmente conforme relação seguinte: Martinho Saibel, Neuzinha Kuster Scardua, Cláudio Pagung, Guilhermina Budde Schraiber, Eurico Alves Cabral, Morenho Grunewald Gaxote, David Trochnow, Angelino William Waffler, Darci Vettoratti, Aderval Sibez, Valdir Ilieg, apresentando todos os eleitos e diplomados. Dando contin-

idade a sessão pessoa se ao giramento dos 84³
vereadores eleitos que foi feita nominalmente.
C seguir o Exmo Sr. Juiz de Direito declarou em
possados os vereadores que fizeram o compromisso
de mesa, de pé para a formalização do
compromisso, conforme o artigo 28 (nº 8º e cito)
da lei nº 2.760, de 30 (trinta) de maio de
1973 (mil novecentos e setenta e três). Isto foi fei-
to pelo vereador mais votado Dr. Cederbal Holz.
C seguir foi feita a eleição da mesa diretora,
ficando eleitos os senhores: - Cederbal Holz - presiden-
te; Martinho Diebel - vice-presidente; Cláudio
Paganf - secretário. C seguir colocado em discussão
saiu a votação a transferência da sessão de pos-
se do Prefeito e vice-prefeito: Henrique de-
fler Solerinho e Siegfried Diebel respecti-
vamente. Foi aprovado por unanimidade que
a posse seria na praça Carlos Gersch. O
presidente da Câmara de Barra do Turvo,
Cederbal Holz convidou os membros da Ca-
mara, autoridades e o povo em geral, pa-
ra um período de trinta minutos, pa-
tiupasse das solenidades de posse do pre-
feito e vice-prefeito desta localidade. Pro-
seguindo a secretaria nomeada Nelly Bus-
ter Scardua, declarou encerrada esta sessão
e passa ao vereador mais votado, Dr.
Cederbal Holz, a Presidência dos trabalhos,
determinando que de tudo se lavrasse a com-
petente ata que vai assinada por todos os
presentes. E, para constar, Eu, Vilma Guie-
nwald Jacob Gersch, secretário ad. hoc que
lavraria momento ato e a subsequente. Vilma

~~Princesa da Ribeira - viz Adelbaf Hof~~

Vedio Dogung.

Castello Sest

Hemays Peller Schmid

gefürt feier

Werkmeier

nb. sister Scádus

Thunysita dindri Schmid

De

2. Mido Grünwald Janosch

Wineburg Baruch Perl

Zucco Fey Balog

I d i d

Tazi Sekito gopp

Waldeyrins foff

abauen Boffuris fofis

namy dell Hof

ida de curruco Kefly

para Passos Balera de aut

Ermilia Sofia Kroise Klus

Julio Balusto de século

reja P. Beirão

Luau Lis Besch

Amojar

Winfreda Schenck

elastião Scádus

lete Francisco Schaguete Scádus

Orn S

Maria Filomeni

José Henrique do Luz Costa

mises zogto P. arado

maia da Paz Freitas Costa

Ariadna

Bruno Augusto Pfeiffer

Diego

Fernando Rohr

Maria Edinalda Ortellone Boffler.

Thiago Bittig

Yuri de Almeida

Bentorodio Bresser Almeida

Heinzette Ratzlau

Daniel Kruker

Yuri Batista

Leandro Góes

Lucas Seibel

Elma Seibel Kluq

Suzilda Coriolina Kiehl

Leho Marti

Orlando Paganini

Claudia Wagner

Orlando Beller

Nílson Wendler

Ronaldo Rego Exalto Titaroni

Saura Grinewald Jacob

Diego Seibel Bittig

Célia Kieffer Beller

Carina Bruson

Wally Salom

Bonni Kieff Titaroni

Daryl Bittig

Palestra ma
y instalaçõeS
de barang a da
Terra, quan do
da sua f a beira-
tua municipal.

A P R E S E N T A Ç Ó

Combatí o bom combate,
Terminei minha carreira,
Guardei a fé :
Reste está-me reservado
A coroa de Justiça, que
O Senhor, o justo Juiz, me
Concederá naquele dia, e
não somente a mim, mas a
todes aqueles que terão
desejado a sua vinda.

(II Tim., IV: 1-8)

GAIO JÚLIO PAULO (Paulo de Tarse)
ou simplesmente SAULO, O APÓSTOLO
DOS APÓSTOLOS.

O VEREADOR NA HISTÓRIA ANTIGA E MODERNA

Registra a Grande Encyclopédia Delta Larousse que o EDIL surgiu no ano 494 antes de Cristo, na antiga Roma, em número de seis, EDIS CURUIS, como magistrados, cargos instituídos ao mesmo tempo que surgiram os Tribunos da Plebe, para secundá-los. Além de magistrados, exerciam os edis a inspeção dos edifícios públicos, a direção das diversões públicas, organizando as diversões durante as festas religiosas, a supervisão da polícia, a manutenção das ruas, e abastecimento das merendas e da cidade. Tiveram o edil urbano e o edil peregrino. César elevou o número a seis, mas sob o império, suas atribuições se limitaram cada vez mais à inspeção da limpeza e policiamento das merendas.

Varando séculos e séculos, as funções destinadas aos vereadores não sofreram substancial inovação, mesmo com o avanço da era do computador. Aquelas funções inerentes aos edis estão abrangidas na representatividade para a defesa da comunidade municipal, tanto na projeção legislativa como na ação fiscalizadora, sempre voltadas para o bem comum. Sendo o vereador o político por excelência, por se achar mais próximo do povo, integrado à vida local e vivendo o dia a dia da comunidade, estando apto a adequar as necessidades dos municípios e a buscar solução dos seus reclamos, seja relativamente à prestação de serviços à coletividade ou na realização da paz social, envolvendo assim direitos fundamentais. Hoje apregoa-se que cada pessoa responde no município e, por via de consequência, a administração da coisa pública deve ser municipal. É indiscutível tal afirmação, e que equivale dizer que, só o Poder Político local é que sabe o que deve ser feito em prol dos seus municípios, pois sentem na carne as necessidades locais.

Atualmente, a palavra vereador significa MÉMBORE DE CÂMARA MUNICIPAL DADA A OITAVAS VELTOS. Têm o vereador novas funções -

negar concessões ou aquisição de bens imóveis; decidir sobre o regime jurídico dos servidores municipais; votar o orçamento municipal; delimitar o perímetro urbano da sede municipal; decidir sobre todas as matérias que envolvam bens, serviços, patrimônio e as finanças do município, harmonizando sua gestão com a do Poder Executivo Municipal, normatizando e moralizando todas as gestões administrativas municipais.

A vigente Constituição Federal estabelece que, competências municipais legislar sobre assunto de interesse local; suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; criar, organizar e supervisionar distritos, observada a legislação estadual; organizar e prestar, direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse coletivo, que tem caráter local e especial; manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental; prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; prever, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, de parcelamento e da ocupação do solo urbano; prever a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora estadual e federal. Dentro de tal elenco de atividades oficiais, dentre outras inúmeras, tem o vereador funções propulsoras, de forma direta ou indireta, para exigir melhor atendimento, cumprimento da lei, ação fiscalizadora e melhor qualificação dos serviços de uso comum e especial posto à disposição da cidadania.

Além de todo esta gama de atividades, reservado está ainda ao vereador, pelo controle externo, a fiscalização dos atos de

gestões dos vereadores são múltiplas e amplas, cabendo seus atos ter a cara da transparência, diante da representatividade latente, sendo oportuno que se afirme que não há democracia sem honestidade.

VIJAMOS AS CONSTITUIÇÕES DE ALGUNS PAÍSES

A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha traz em seu artigo 28, o texto seguinte:

"(1) A ordem constitucional nos estados tem de corresponder aos princípios do Estado republicano, democrático e social de direito, no sentido da presente Lei Fundamental. Nos estados, municípios e distritos o povo deverá ter uma representação resultante de eleições gerais diretas, livres, iguais e secretas. Em municípios pode existir uma assembleia comunal em vez dum organismo eleito.

"(2) Tem de ficar garantida aos municípios o direito de regularem sob a sua própria responsabilidade e em obediência às leis, todos os assuntos da comunidade local. As corporações comunais gozam igualmente de autonomia administrativa dentro dos limites das suas atribuições legais e em obediência às leis.

"(3) A Federação garante a conformidade da ordem constitucional dos estados com os direitos fundamentais e as disposições das alíneas 1 e 2."

Já o artigo 72 da Constituição da França, promulgada em 04-10-58 e atualizada em 23-11-83, tem estabelecido que:

- Título XI -

Das Coletividades Territoriais

"Qualquer outra coletividade territorial será criada por lei."

"Estas coletividades terão liberdade de administrar-se a si próprias mediante conselhos eleitos dentre das condições previstas por lei."

Nis ai a autonomia municipal.

E conclui o terceiro parágrafo:

"Nos departamentos e nos territórios, o delegado do Governo estará encarregado dos interesses nacionais, da fiscalização administrativa e do respeito às leis."

A Constituição da República Portuguesa, em seu título VII e capítulo III reservou ao Poder Local as disposições dos artigos 249 a 255 e seguiu os mesmos princípios de autonomia administrativa e de representatividade. Também é bom lembrar que tais Constituições adotaram linguagem simples, clara e objetiva em todo o seu texto, dando relevância ao município e enfatizando a sua completa integração no concerto político-socie-administrativo de País.

No recente trabalho intitulado Poder Legislativo e Constituinte (reflexões), apregea o autor António de Castro Filho que

O modelo proposto por Ventesquieu, embora busque o equilíbrio, coloca em destaque a função legislativa, fazendo a lusão no sistema parlamentar, vez que ali o Parlamento aparece como a maior força, porque determina e decide (decide). Mas é o próprio autor que destaca também que a doutrina da separação dos poderes justifica-se na fato de, quem detém o poder e não sabe usá-lo convenientemente, ser controlado ou reprimido por outro poder. Aliás me parece que o Poder é Uno, sendo a tripartição a forma de imobilizar o seu domínio.

funções inerentes ao Poder, servindo cada uma das funções de meio de controlar os limites das ações de cada ente estatal. O governo deve ser visto como um todo, resultante consequente da Legislativo, Executivo e Judiciário, visto que, qualquer destes entes for videntes de Poder Político emanado de si, poderá modificar seus feitos, seja de ofício ou por decisão de outro "Poder" (Legislativo, ou Judiciário). Dizer que o equilíbrio está no legislar, executar e julgar por "Poderes distintos", harmônicos e independentes entre si, não basta, pois se assim fesse, não haveria corrupção, nem gelo de Estado, de Governo ou de Poder. Também é fato consumado que embora o "Poder Executivo" seja exercido por uma única pessoa, tem sempre maior influência e poder de decisão, inclusive no que diz respeito aos demais "Poderes", embora estes sejam elegiados...

Com tais digressões, vê-se que a situação de vereador atual está definida como sendo um parlamentar municipal, representando os municípios, com funções legislativas próprias e com múltiplas funções declarativas, concessivas e autorizativas, todas embutidas entre os encargos legislativos e fiscalizadores.

Ao arrematar este singelo trabalho, peço e suplico a todos os brasileiros e, em especial à classe política, que respeitem o povo, recuperem a fé popular, fazendo renascer a dignidade de ser humano neste País, fazendo imperar a lei, a força da direito, evitando cada um de nós que a Nação seja ultrajada por maus brasileiros. E que tenhamos sempre como deusa A HONESTIDADE.

E que assim seja.

Téma da Palestra na Câmara Municipal de
Laranja da Terra, no dia 1º-de-setembro
de 1.989.

DUMONT SANTOS REIS

D A D O S I N F O R M A T I V O S

D O I B G E - DEGE-ES, DESTINADOS AOS

EMINENTES VEREADORES E PREFEITO MUNI

CIPAL DE LARANJA DA TERRA.

I B G M
DEGR/ES
BIBLIOTECA

POPU LAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (ESTIMADA)	POPULAÇÃO (ESTIMADA)	POPULAÇÃO (Censo)
	1.989	1.985	1.890
VITÓRIA.....	277.269	253.402	207.560
VILA VELHA.....	278.194	252.087	203.498
CARREIRAS.....	271.421	242.686	189.171
SERRA.....	113.729	102.852	82.450
VILA DA.....	30.577	27.705	23.459
TOTAL	971.190	878.732	706.138

ESPÍRITO SANTO

ÁREAS DOS MUNICÍPIOS (km²)

1 9 8 9

	ÁREA (km ²)	
T O T A L - ES	45.597	
01. AFONSO CLÁUDIO.....	1.322	
02. ÁGUA DOCE DO NORTE.....	483	N
03. ÁGUIA BRANCA.....	450	N
04. ALEGRE.....	1.227	
05. ALFREDO CHAVES.....	616	
06. ALTO RIO NOVO.....	234	N
07. ANCHIETA.....	394	
08. APIACÁ.....	176	
09. ARACRUZ.....	1.398	
10. ATÍLIO VIVACQUA.....	277	
11. BAIXO GUANDU.....	926	
12. BARRA DE SÃO FRANCISCO.....	769	
13. BOA ESPERANÇA.....	344	
14. BOM JESUS DO NORTE.....	92	
15. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.....	887	
16. CARIACICA.....	273	
17. CASTELO.....	770	
18. COLATINA.....	2.505	
19. CONCEIÇÃO DA BARRA.....	1.983	
20. CONCEIÇÃO DO CASTELO.....	426	
21. DIVINO DE SÃO LOURENÇO.....	174	
22. DOMINGOS MARTINS.....	1.434	
23. DORES DO RIO PRETO.....	170	
24. ECOPORANGA.....	2.093	
25. FUNDÃO.....	270	
26. GUAÇUÍ.....	456	
27. GUARAPARI.....	606	
28. IBATIBA.....	214	
29. IBIRACU.....	230	
30. TICONHA	190	

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, EM 01.07.89,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

UNIDADE: ESPÍRITO SANTO

T O T A L - ES..... 2.499.103

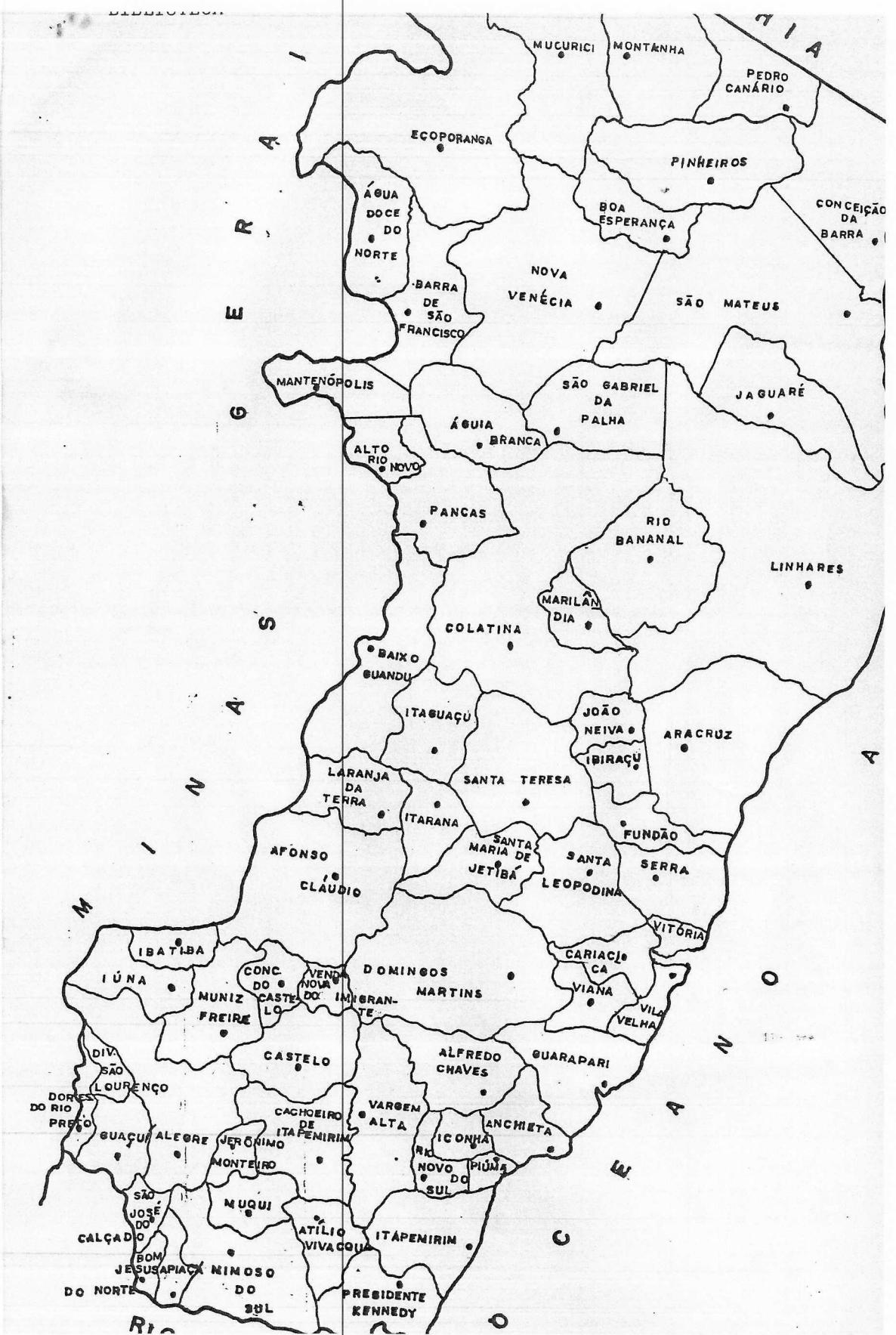
01. AFONSO CLÁUDIO.....	40.873	
02. ÁGUA DOCE DO NORTE.....	13.585	N
03. ÁGUILA BRANCA.....	15.073	N
04. ALEGRE.....	31.214	
05. ALFREDO CHAVES.....	11.044	
06. ALTO RIO NOVO.....	12.045	N
07. ANCHIETA.....	13.585	
08. APIACÁ.....	5.773	
09. ARACRUZ.....	49.206	
10. ATÍLIO VIVACQUA.....	10.296	
11. BAIXO GUANDU.....	23.774	
12. BARRA DE SÃO FRANCISCO.....	35.742	
13. BOA ESPERANÇA.....	11.439	
14. BOM JESUS DO NORTE.....	7.977	
15. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.....	139.937	
16. CARIACICA.....	271.421	
17. CASTELO.....	26.515	
18. COLATINA.....	108.242	
19. CONCEIÇÃO DA BARRA.....	20.634	
20. CONCEIÇÃO DO CASTELO.....	11.212	
21. DIVINO DE SÃO LOURENÇO.....	4.853	
22. DOMINGOS MARTINS.....	32.164	
23. DORES DO RIO PRETO.....	6.970	
24. ECOPORANGA.....	23.773	
25. FUNDÃO.....	10.745	
26. GUAÇUI.....	21.749	
27. GUARAPARI.....	52.930	
28. IBATIBA.....	15.041	
29. IBIRACU.....	11.130	
30. ICONHA.....	9.167	
31. ITAGUAÇU.....	14.868	
32. ITAPEMIRIM.....	48.726	
33. ITARANA.....	9.138	
34. IÚNA.....	36.114	
35. JAGUARÉ.....	14.938	
36. JERÔNIMO MONTEIRO.....	10.189	
37. JOÃO NEIVA.....	15.166	N
38. LARANJA DA TERRA.....	10.830	N
39. LINHARES.....	141.298	
40. MANTENÓPOLIS.....	15.278	
41. MARILÂNDIA.....	9.559	
42. MIMOSO DO SUL.....	24.002	
43. MONTANHA.....	14.022	
44. MUCURICI.....	12.000	
45. MUNIZ FREIRE	10.400	

47. NOVA VENÉCIA.....	44.149
48. PANCAS.....	27.931
49. PEDRO CANÁRIO.....	15.682
50. PINHEIROS.....	16.981
51. PIÚMA.....	6.487
52. PRESIDENTE KENNEDY.....	10.189
53. RIO BANANAL.....	20.403
54. RIO NOVO DO SUL.....	8.358
55. SÃO GABRIEL DA PALHA.....	43.020
56. SÃO JOSÉ DO CALÇADO.....	10.189
57. SÃO MATEUS.....	61.272
58. SANTA LEOPOLDINA.....	9.676
59. SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	17.290
60. SANTA TERESA.....	26.624
61. SERRA.....	113.729
62. VARGEM ALTA.....	12.657
63. VENDA NOVA DO IMIGRANTE.....	12.297
64. VIANA.....	30.577
65. VILA VELHA.....	278.194
66. VITÓRIA.....	277.269

GRANDE VITÓRIA/89.....	971.190
GRANDE VITÓRIA/85.....	878.732
GRANDE VITÓRIA/80.....	706.138 (Censo)

ESPÍRITO SANTO/90.....	2.523.900
ESPÍRITO SANTO/89.....	2.499.103
ESPÍRITO SANTO/88.....	2.429.400
ESPÍRITO SANTO/87.....	2.382.000
ESPÍRITO SANTO/86.....	2.334.700
ESPÍRITO SANTO/85.....	2.287.900
ESPÍRITO SANTO/80.....	2.023.752 (Censo)
ESPÍRITO SANTO/70.....	1.600.305 (Censo)

BRASIL/90.....	150.367.800
BRASIL/89.....	150.051.784
BRASIL/88.....	144.427.600
BRASIL/85.....	135.564.400
BRASIL/80.....	119.002.706 (Censo)



POPULAÇÃO RESIDENTE PROJETADA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1980-90

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPOULAÇÃO RESIDENTE PROJETADA, PARA 19/7 (1000 hab.)										
	1980 ⁽¹⁾	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
BRASIL	121 286,0	124 067,7	126 898,4	129 766,1	132 658,7	135 564,4	138 492,9	141 452,2	144 427,6	147 404,3	150 367,8
REGIÃO NORTE	5 993,1	6 294,0	6 610,6	6 942,6	7 289,9	7 652,5	7 894,1	8 139,9	8 388,9	8 640,2	8 892,9
Rondônia	600,5	667,0	640,6	721,7	811,0	908,9	945,0	981,8	1 019,2	1 057,2	1 095,6
Acre	307,1	317,9	329,3	341,1	353,4	366,1	376,1	386,2	396,5	406,8	417,2
Amazonas	1 457,5	1 612,4	1 668,3	1 625,0	1 682,4	1 739,6	1 790,7	1 842,8	1 895,5	1 948,5	2 001,9
Roraima	80,7	85,0	89,4	93,8	98,2	102,5	106,0	109,5	113,1	116,8	120,4
Pará	3 468,7	3 625,8	3 789,5	3 959,8	4 136,1	4 318,4	4 451,7	4 587,2	4 724,4	4 862,8	5 001,8
Amapá	178,6	185,9	193,5	201,2	209,0	217,0	224,6	232,4	240,2	248,1	256,1
REGIÃO NORDESTE	35 480,3	36 175,8	36 879,6	37 588,2	38 297,9	39 005,2	39 763,7	40 528,8	41 296,3	42 062,1	42 822,1
Maranhão	4 073,1	4 185,1	4 299,7	4 416,5	4 535,1	4 655,1	4 759,3	4 864,6	4 970,4	5 076,3	5 181,8
Piauí	2 180,1	2 227,5	2 275,4	2 323,5	2 371,7	2 419,5	2 468,5	2 517,9	2 567,4	2 616,9	2 666,1
Ceará	5 389,7	5 487,5	5 587,0	5 687,6	5 788,9	5 890,4	6 005,9	6 122,5	6 239,4	6 356,1	6 471,8
Rio Grande do Norte	1 934,6	1 969,9	2 005,5	2 041,2	2 076,7	2 112,0	2 153,1	2 194,5	2 236,2	2 277,7	2 318,9
Paraíba	2 823,3	2 860,7	2 899,2	2 935,5	2 972,4	3 008,5	3 056,4	3 104,5	3 152,6	3 200,4	3 247,6
Pernambuco	6 261,1	6 358,0	6 455,2	6 552,4	6 648,6	6 743,5	6 866,4	6 990,3	7 114,6	7 238,3	7 360,9
Alagoas	2 020,6	2 061,1	2 101,9	2 142,8	2 183,7	2 224,2	2 263,4	2 302,8	2 342,3	2 381,5	2 420,4
Sergipe	1 162,0	1 188,2	1 214,9	1 242,2	1 269,7	1 297,5	1 321,2	1 345,1	1 369,0	1 392,9	1 416,6
Bahia	9 635,8	9 837,8	10 041,8	10 246,5	10 451,1	10 654,5	10 869,5	11 086,6	11 304,4	11 522,0	11 738,0
REGIÃO SUDESTE	52 726,7	53 985,5	55 261,3	56 548,5	57 841,3	59 134,2	60 406,4	61 691,4	62 982,8	64 274,0	65 558,9
Minas Gerais	13 635,2	13 826,6	14 020,9	14 216,8	14 413,2	14 609,0	14 853,7	15 099,7	15 345,8	15 590,3	15 831,8
Espírito Santo	2 062,1	2 106,6	2 151,6	2 197,0	2 242,5	2 287,9	2 334,7	2 382,0	2 429,4	2 476,8	2 523,9
Rio de Janeiro	11 508,2	11 743,9	11 981,8	12 220,4	12 458,7	12 695,4	12 979,7	13 267,1	13 556,1	13 845,2	14 133,3
São Paulo	25 521,82	26 308,4	27 107,0	27 914,3	28 726,9	29 541,9	30 288,3	30 942,6	31 651,5	32 361,7	33 069,9
REGIÃO SUL	19 396,3	19 651,3	19 909,7	20 169,9	20 430,1	20 688,7	21 100,0	21 515,2	21 932,1	22 348,6	22 762,3
Paraná	7 775,8	7 845,2	7 916,1	7 987,8	8 059,6	8 130,9	8 329,3	8 530,0	8 732,3	8 935,2	9 137,7
Santa Catarina	3 697,5	3 773,7	3 850,9	3 928,9	4 007,3	4 085,9	4 160,5	4 235,8	4 311,3	4 386,7	4 461,4
Rio Grande do Sul	7 923,0	8 032,4	8 142,7	8 253,2	8 363,2	8 471,9	8 610,2	8 749,4	8 888,5	9 026,7	9 163,2
REGIÃO CENTRO-OESTE	7 689,6	7 961,1	8 237,2	8 516,9	8 799,5	9 083,8	9 328,7	9 576,9	9 827,5	10 079,4	10 331,6
Mato Grosso do Sul	1 395,9	1 434,8	1 474,1	1 513,6	1 553,1	1 592,5	1 632,7	1 673,5	1 714,5	1 755,7	1 797,0
Mato Grosso	1 160,5	1 223,1	1 287,2	1 352,5	1 418,9	1 486,1	1 533,2	1 580,9	1 629,3	1 678,1	1 727,1
Goiás	3 933,7	4 031,3	4 130,7	4 231,7	4 334,1	4 437,5	4 537,6	4 638,8	4 740,4	4 842,1	4 943,2
Distrito Federal	1 199,5	1 271,9	1 345,2	1 419,1	1 493,4	1 567,7	1 625,2	1 683,7	1 743,3	1 803,5	1 864,2

FONTE - IBGE, DPI, Departamento de População.

NOTA - As projeções referentes às Unidades da Federação, constantes desta Tabela, foram revistas a partir da divulgação das novas estimativas de população para 01.07.85, que o IBGE procedeu em obediência à legislação vigente.

(1) O valor da estimativa da população é superior ao resultado do Censo Demográfico de 1980, por considerar correção de subenumeração inherentes aos levantamentos censitários.

POPOULAÇÃO MUNDIAL:-

1980 4.330.000.000

1990 5.188.000.000

1989

Estados 24

Territórios 2 - Roraima
Anapá

Distrito Federal. 1

Total 27

Instruções

1- O que é um aparte?

Quando se quer ferir um tema em discussão e não os opositores, sobre questões em debate, deve-se obter norma de conduta pelas partes envolvidas, diante de interesses que um ou algumas tem.

Havendo um orador na Tribuna, os ouvintes que desejam apartear-se com permissão do orador. Conhecendo o assunto ou tema em debate, deve dirigir-se no momento aportuno, sem interferir no momento em que o orador esclarece, e, sim, quando houver pausa.

Pedido o aparte e sendo este concedido, dirigir-se-á ao orador de várias formas, como por exemplo: peço a V. Exa. que me conceda um aparte, podendo:

Contraditar

Protestar

Aplaudir, concordando.

O aparte só visa esclarecer, não tem outra finalidade.

d

Depois temos

2 - QUESTÃO DE ORDEM

Vise a questão de ordem impor a obediência da Ordem do Dia a ser observada, a ser cumprida, podendo se tratar do Regimento da Casa que orienta os trabalhos, e que deve ser seguida, para que seja orientado o orador para que não se perca em digressões vagas, vãs, sem finalidade prática e objetiva, desvirtuando os trabalhos a serem seguidos.

A questão de ordem deve ser dirigida, ao Presidente, assim:

"Uma questão de ordem, Sr. Presidente!

A questão de ordem tem preferência, mesmo que haja orador na tribuna, cabendo ao Presidente decidí-la, imediatamente, como preliminar de ordem sequencial dos Trabalhos da Casa.

Se a questão não versar sobre ordem, deve ser cassada a palavra, evitando a desordem, com pretexto de manter a ordem.

3 - O esclarecimento:

O participante da sessão pode ter dúvida quanto a qualquer ponto sustentado ou do debate e lhe pareça fora de propósito ou de assunto.

Deve levantar o braço e pede esclarecimento, e, tão logo seja atendido, diz o que deseja que seja esclarecido. Esclarecida a dúvida, deve se dar por satisfeito, e deixar que o orador prosseguir.

4 - O DESTAQUE

Estando em discussão projeto de re-solução, exame de lei, para votações, formulação do estatuto da Casa, etc., onde há vários ítems, artigos e parágrafos, e, havendo apreciação para decisão conjunta, pode ser pedido destaque, ou DESTAQUES para determinados ítems, artigo ou parágrafo.

O secretário anota o destaque(s), após a leitura de todo o teor, discute-se o destaque ou destiques, para as correções, se houver sujeição para inserção, introdução ou modificação e vota-se o corpo inteiro da matéria.

Tais observações, por certo, trará maior compreensão e facilitará o andamento dos trabalhos.

DUMONT SANTOS REIS

OAB/ES 1.047

Rua Mary Ubirajara, nº 40, sala 301, Ed. Nacap, Santa Lucia, Vitória/ES
(27) 99942-2170
dsreisadv@yahoo.com.br

01 – FORMAÇÃO:

BACHAREL EM DIREITO PELA UFES – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - colação de grau em março de 1964.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SOBRE O CÓDIGO CIVIL pela UFES - em 1976.

CURSO DE CRIMINOLOGIA pela UFES - em 1976.

CURSO DE CONTABILISTA – Escola Técnica de Comércio Capixaba – em 1959.

02 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- ✓ Advogado militante:
Período: 1963 a 1983
Período: 1990 até a presente data
- ✓ Magistratura no Estado do Espírito Santo – período 1983 a 1989
- ✓ Procurador Substituto do Estado – 3^a Categoria – Procuradoria Geral do Estado – período 1974 a 1982
- ✓ Fiscal de Rendas do Estado do Espírito Santo – período 1973
- ✓ Contabilista – período de 1960 a 1965

- ✓ Professor do Curso de Contabilidade – Escola Técnica de Comércio Capixaba – Disciplina: Contabilidade Industrial – período de 1961 a 1963
- ✓ Professor do Curso de Contabilidade – Colégio Domingos Martins – Disciplina: Prática de Escritório – período de 1961 a 1963

03 – TÍTULOS HONORÍFICOS:

- ✓ Cidadão Afonsoclaudense – 07/10/1978
Concessão: Câmara Municipal de Afonso Cláudio
- ✓ CIDADÃO VITORIENSE – 06/09/1982
Concessão: Câmara Municipal de Vitória – 06/09/1982
- ✓ COLABORADOR BENEMERITO – 30/09/1985
Concessão: Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – Comarca de Afonso Cláudio
- ✓ HONRA AO MÉRITO – 30/10/1989
Concessão: Museu Atelier Homero Massena e Prefeitura Municipal de Vila Velha
- ✓ CIDADÃO LARANJENSE – 01/09/1989
Concessão: Câmara Municipal de Laranja da Terra.

Vitória, 19 de dezembro de 2024.